



SEÇÃO: ARTIGOS LIVRES

A relação Cristo-Espírito, fundamento da Nova Aliança, e o ministério paulino na Segunda Coríntios

The Christ-Spirit relationship, the foundation of the New Alliance, and Paul's ministry in Second Corinthians

Relación Cristo-Espíritu, fundamento de la Nueva Alianza, y el ministerio paulino en la Segunda Corintios

Boris A. Nef Ulloa¹

orcid.org/0000-0001-8011-6916
banefulloa@gmail.com

Jean Richard Lopes²

orcid.org/0000-0001-5441-9884
jeanrichl@hotmail.com

Recebido em: 6 nov. 2023.

Aprovado em: 5 jun. 2024.

Publicado em: 11 dez. 2024.

Resumo: A Segunda Carta aos Coríntios expressa um momento de alta tensão entre Paulo e os coríntios a respeito da credibilidade do seu ministério. O conflito nasce da influência externa de grupos judaizantes. O apóstolo se utiliza desse contexto particular para aprofundar e explicitar a supremacia soteriológica do evento Cristo diante da provisoriabilidade da Lei Mosaica. Com genialidade retórica e consistência teológica, esforça-se para neutralizar os efeitos provocados pelos seus opositores e busca atrair a comunidade de volta à órbita de seu ministério e, por conseguinte, ao fundamento de seu Evangelho: a centralidade do evento Cristo; experiência capaz de gerar novos homens e novas mulheres reconciliados(as) na graça do Espírito. Neste artigo, apresentam-se alguns aspectos cristológicos, pneumatológicos e escatológicos que fundamentam o ministério e suas implicações eclesiológicas na perspectiva da Nova Aliança.

Palavras-chave: Cristo-Espírito. Nova Aliança. Mediação soteriológica. Ministério paulino.

Abstract: The Second Letter to the Corinthians expresses a moment of high tension between Paul and the Corinthians regarding the credibility of his ministry. The conflict arises from the external influence of Judaizing groups. The Apostle uses this particular context to deepen and make explicit the soteriological supremacy of the Christ event over the provisionality of the Mosaic Law. With rhetorical genius and theological consistency, he strives to neutralize the effects caused by his opponents and seeks to draw the community back into the orbit of his ministry and, consequently, to the foundation of his Gospel: the centrality of the Christ event; An experience capable of generating new men and women reconciled in the grace of the Spirit. This article presents some Christological, pneumatological and eschatological aspects that underpin ministry and its ecclesiological implications from the perspective of the New Alliance.

Keywords: Christ-Spirit. New Alliance. Soteriological Mediation. Pauline ministry.

Resumen: La Segunda Carta a los Corintios expresa un momento de gran tensión entre Pablo y los corintios en relación con la credibilidad de su ministerio. El conflicto surge por la influencia externa de grupos judaizantes. El Apóstol aprovecha este contexto particular para profundizar y explicitar la supremacia soteriológica del acontecimiento Cristo sobre la provisionalidad de la Ley mosaica. Con genio retórico y coherencia teológica, se esfuerza por neutralizar los efectos causados por sus adversarios y trata de reconducir a la comunidad a la órbita de su ministerio y, en consecuencia, al fundamento de su Evangelio: la centralidad del acontecimiento Cristo. Una experiencia capaz de generar hombres y mujeres nuevos reconciliados en la gracia del Espíritu. Este artículo presenta algunos aspectos cristológicos, pneumatológicos y escatológicos que fundamentan el ministerio y sus implicaciones eclesiológicas desde la perspectiva de la Nueva Alianza.

Palabras clave: Cristo-Espíritu. Nueva Alianza. Mediación soteriológica. Ministerio paulino.



¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), SP, São Paulo.

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), MG, Belo Horizonte.

INTRODUÇÃO

A Segunda Coríntios é caracterizada por uma linguagem muito variada, ora amável e próxima, ora forte, severa e sarcástica. O apelo pessoal e polêmico dessa carta é diferente da Primeira Coríntios e deixa transparecer, com ênfase, traços da personalidade e convicções do apóstolo. Na 1Cor, o problema se dá em meio aos coríntios, com as facções e disputas internas, enquanto na 2Cor a relação direta com o apóstolo é ferida pela resistência e pelo desprezo para com o seu Evangelho. Diante de uma conjuntura complexa e tensa, Paulo se vê obrigado a propor uma justificativa e uma reflexão densa que lhe permitisse superar as acusações, por parte dos opositores, que provocaram o desgaste da sua relação com os coríntios ao ponto de negarem o seu ministério apostólico.

A negação do ministério apostólico de Paulo não era só um problema de ordem pessoal, mas revelava também o perigo de que a comunidade se desviasse do seguimento de Cristo (2Cor 11,3-4) e do Evangelho (2Cor 11,4) anunciado pelo apóstolo na sua fundação (2Cor 10,14). Nesse sentido, a Segunda Coríntios é um grande exemplo do intenso processo de maturação da Igreja primitiva como Igreja de Deus (2Cor 1,1) e esposa de Cristo (2Cor 11,2), a qual não é privada de conflitos e incompreensões. A carta apresenta as raízes e os fundamentos do autêntico ministério apostólico.

O tema da Nova Aliança possui um valor funcional na perícopa de 2Cor 3,1-18. Neste artigo, sublinha-se que, embora a expressão seja importante, a temática é utilizada por Paulo não apenas para enriquecer a descrição do ministério, mas, sobretudo, para despertar, na consciência dos coríntios, o sentido mais profundo de sua adesão ao ministério de Cristo.

1 A TENSÃO ENTRE PAULO E OS CORÍNTIOS

Muitos são os aspectos que expressam as dificuldades na relação entre Paulo e os coríntios na Segunda Coríntios. Uma das acusações dirigidas ao apóstolo diz respeito à ausência de uma documentação que comprovasse a autenti-

cidade do ministério dele, como permitem inferir as perguntas retóricas de 2Cor 3,1. As cartas de recomendação eram documentos importantes porque legitimavam aqueles que as carregavam.

Como sempre acontece nas cartas paulinas, Paulo, na Segunda Coríntios, não apresenta com exatidão os fomentadores dos desentendimentos que ele tem que enfrentar. Afinal, seu foco não é a polêmica direta com seus oponentes, mas sim orientar os coríntios. Todavia, pensa-se na presença de missionários itinerantes presentes na comunidade, que propunham um Evangelho, ou melhor, uma hermenêutica do evento Cristo diferente daquela proclamada por Paulo (2Cor 11,4). Certamente o conteúdo da pregação desses missionários era de tendência judaizante, com uma exaltação da importância da lei na experiência salvífica (2Cor 3,7-11.12-15).

A situação exigia um movimento que superasse a deterioração da relação com a comunidade (2Cor 13,9-11) por meio de uma argumentação que articulasse empatia (2Cor 6,11-13) e consistência teológica. Como Aristóteles (2006) explica, o orador – no caso aqui estudado, o escritor – deve mostrar-se disponível, aberto em relação aos seus destinatários a fim de provocar uma reação correspondente de acolhida ao conteúdo ou causa tratada.

Estrategicamente, o apóstolo se apropria do material usado como um dos motivos de difamação – carta de recomendação – e o transforma, com conotação metafórica, num ponto de partida para tentar restabelecer a relação dele com os coríntios e para refletir sobre o ministério do qual foi investido.

Assim, com uma retórica passional, o apóstolo se dirige aos coríntios declarando: "a nossa carta, escrita nos nossos corações" (2Cor 3,2ab). Longe de uma romantização, o autor apela à memória da vinculação afetiva com seus destinatários e evidencia o drama da ruptura ocorrida na relação com eles. Dessa forma, dá a entender que a existência da comunidade é o documento que atesta a credibilidade do seu ministério. Afinal, diferentemente dos seus difamadores, que tentavam usurpar um reconhecimento que não

lhes pertencia (2Cor 11,10.12), ele havia fundado a comunidade (2Cor 1,6-7.24; 10,14; 11,10; 13,3-4).

Paulo vai além do aspecto privado da relação (nossa carta) e passa para uma perspectiva pública ao acrescentar que eles são uma carta "conhecida e lida por todos" (2Cor 3,2c). Essa afirmação, por um lado, representa a transparência e a convicção do apóstolo, que não usou artifícios de manipulação (2Cor 11,3.13.19-20) ao pregar o Evangelho; por outro, implicitamente, chama a atenção dos coríntios para a importância de transmitir o que receberam, com um testemunho válido de quem não se deixa suggestionar por hermenêuticas estranhas (2Cor 1,21-22; 8; 9; 13,5-10).

Apesar da necessária defesa do seu ministério, 2Cor 3,2-3 evidencia que Paulo não concentra a sua atenção sobre os ataques pessoais que sofreu. Isso equivaleria a uma posição estritamente apologética – mesmo que justificada – ou ressentida. Ele emprega a sua energia, em vez disso, na confirmação da sua relação com os coríntios e na clarificação daquilo que constitui a base desta, ou seja, o conteúdo da fé, de acordo com o Evangelho verdadeiro (2Cor 11,4). É a partir dessa experiência que se deve compreender a organização da comunidade, corpo de Cristo (Rm 12,4-8; 1Cor 12,12-21), segundo os desígnios de Deus realizados por meio de Cristo (1Cor 1,2), no Espírito (2Cor 3,3; 13,13c).

2 MINISTÉRIO DA NOVA ALIANÇA

Para explicar o seu ministério, Paulo usa, sobretudo, o conjunto lexical *diakonēō* (ministrar), *diákonos* (ministro) e *diakonia* (ministério). De modo particular, na 2Cor, nota-se que *diákonos* apresenta sempre um elemento de determinação, expresso com um genitivo, a fim de evitar a atribuição de um significado genérico. É nesse sentido que, em 2Cor 3,6, encontra-se o lexema ministério da Nova Aliança, qualificação que será explicada com mais vigor nos versículos seguintes (2Cor 3,7-11).

O sintagma Nova Aliança provém de uma tradição já conhecida, referida à ceia do Senhor, como atestam Lc 22,20 e 1Cor 11,25 (Orr; Walther, 1976). Em linha com a tradição citada, pensa-se

que Paulo, ao empregá-la em 2Cor 3, intenciona associar-se a Cristo, que, com a sua morte redentora, inaugura a nova vida. Em 2Cor 5,17, Paulo fala claramente de uma "nova criatura" e da superação das coisas velhas.

O serviço do apóstolo é ministério da Nova Aliança porque se colocaria no lugar do ministério de Cristo (Chevallier, 1966; Sánchez-Bosch, 2007); não como substituto, obviamente, mas sim como participação e proclamação do mistério que se revela na cruz (Rm 14,8; Gl 2,20) e é celebrado na ceia do Senhor, marcando uma profunda conexão entre ministério e nova vida, inaugurados na Nova Aliança.

A argumentação paulina que diferencia a Antiga da Nova Aliança se baseia numa estratégia retórica antitética (2Cor 3,7-11). Nesse sentido, chama a atenção o sintagma Antigo Testamento (AT) (2Cor 3,14). Paulo emprega o adjetivo *palaiós* (velho), às vezes, com uma conotação negativa, de algo velho e superado (1Cor 5,7a.8; Col 3,9; Ef 4,22; Rm 6,6). Todavia, na 2Cor, seria excessivo dizer que Paulo menospreze a Antiga Aliança, afinal, ao modelo antigo (mosaico) também é reconhecida uma glória. Ao afirmar a sua característica transitória, o remetente dá a entender que não se trata de desmerecimento, mas sim de um modo para evidenciar o seu limite, que, numa postura hermenêutica fechada e obstinada (2Cor 3,14-15), gera a incapacidade de reconhecer Cristo como a mediação soteriológica por excelência (2Cor 3,16). Mais do que a cisão, portanto, convém ressaltar o esforço de reinterpretação por parte do apóstolo, sem com isso negar que existam pontos de atrito (Davies, 1978).

Paulo entra em dialética, mais especificamente, com uma interpretação da Aliança Mosaica (Torah). De modo especial, no século I d.C., a lei adquire um valor muito grande, a ponto de ser entendida como mediação da presença de Deus, a única possível; e o seu cumprimento, a certeza de justificação diante do mesmo Deus (Nobile, 2009; Légasse, 2008).

A expressão "Nova Aliança" é usada pela primeira vez no profeta Jeremias (Jr 31[LXX 38].34), como expressão do desígnio salvador que Deus

propõe ao homem e o qual ele se encarrega de realizar na história. Da mesma forma, o profeta Ezequiel se concentra na dificuldade e na falência do povo eleito, e na intenção divina de conduzi-lo ao respeito pela Aliança. Isso desde uma perspectiva nova, que parte da gratuidade e do permanente designio de Deus de confirmar Israel como seu povo (Ez 11,19-20; 36,26-28 [paralelo com Ex 19,5-6]).

A questão da interiorização da experiência é forte nos profetas. Por isso, o apóstolo usa a imagem de tábuas que são os corações de carne (2Cor 3,3). Em Ezequiel, a questão gira em torno da Aliança, do devido reconhecimento de Deus como pastor do seu povo e da observação dos mandamentos, aspectos performativos de Israel. Na comunidade de Corinto, por sua vez, nota-se que o problema não é o de reconhecer Deus como seu Deus, mas sim de reconhecer Deus a partir de Cristo, que inaugura uma nova fase da história da salvação, assimilando inclusive a lei antiga que deve ser lida a partir desse novo paradigma. Daí a importância da citação do profeta Jeremias, porque o apóstolo acredita que a profecia de uma Aliança nova a ser realizada por iniciativa divina, com potência para agir desde o mais profundo do homem, cumpre-se em Cristo (Chevallier, 1966).

Outro fator de relação entre o estabelecimento da Aliança e do ministério é identificado no conjunto lexical de *hikanós*, *hikanótēs* e *hikanōō*. Esse encontra-se em Ex 4,11-12 (LXX), quando Moisés afirma ter uma dificuldade que o incapacita para a efetivação da grande missão que lhe foi atribuída (Das, 2001; Stockhausen, 1989). A superação dessa dificuldade vem de Deus, que convocou Moisés para libertar e guiar seu povo. Em 1Cor 15,9-10, Paulo usa *hikanós* para afirmar que não mereceria ser chamado de apóstolo devido ao seu passado de perseguidor da Igreja de Deus. Em 2Cor 3,5-6, o termo indica a ação de Deus que, como fizera com Moisés no AT, capacitou Paulo para o ministério.

Esse paralelo dos dois personagens sugere uma compreensão mais significativa do ministério de Paulo. De uma parte, ele é alinhado no elenco

dos personagens convocados e capacitados por Deus para uma missão importante junto ao seu povo. De outra, e não podia ser diferente, já que se trata do ministério da Nova Aliança, a idoneidade para o serviço é vivida sob o mistério de Cristo no qual o apóstolo é inserido, sempre por iniciativa de Deus (2Cor 3,3.4; 5,7-14.20-21; 6,1; Hafemann, 1990; Wright, 1991).

Há de se considerar que a Antiga Aliança, entendida desde o ponto de vista da eleição de Israel, não perdeu a sua validade (Campbell, 1993; Rm 9,3-5; 11,29). O problema era a ideia insinuada em meio aos coríntios de que a lei era um princípio normativo e salvador que condicionava a participação na salvação operada por Cristo (Penna, 1991).

O "ministério da justiça", apresentado em 2Cor 3,9b, introduz um tema fundamental da teologia paulina, ou seja, a gratuidade de Deus que, em Cristo, justifica o ser humano. Este ministério é contraposto àquele da "condenação" (2Cor 3,9a), como expressão da incapacidade soteriológica da lei. Um paralelo com Gl 2,15-21 ajuda a entender ainda melhor a contraposição, ressaltando, com força, que é Cristo a mediação soteriológica, visto que "pelas obras da lei ninguém será salvo" (Gl 2,16). Assim, a limitação do modelo antigo é descrita com um vocabulário de morte (2Cor 3,6c.7a). A descrição da lei como letra, escrita com tinta em tábuas de pedra (2Cor 3,3.6.7), reforça a percepção da sua impotência para gerar o ser humano novo. Em vez de promover uma obediência efetiva, porque extrínseca, ela passa a evidenciar a condenação, porque as suas normas, mais que orientativas, traziam à luz do sol as "falhas" humanas (Rm 2,27-29; Hays, 1989). A lei conserva sua utilidade de guia (1Cor 7,19; Gl 5,6.14; Rm 2,27-29; 3,31; 7,12.14.22.25; 8,7; 13,8-10), mas deve confrontar-se com a superioridade soteriológica de Cristo (Sanders, 1985).

3 MINISTÉRIO CRISTOLÓGICO

Paulo define seu apostolado como ministério da reconciliação (2Cor 5,18). O vocabulário da reconciliação (*katallássō*, *katallag*), proveniente do campo semântico sociológico, refere-se ao

restabelecimento de relações rompidas ou abaladas. Apesar do estremecimento das relações dele com a comunidade, o tema da reconciliação adquire uma força retórica particular, que deve ser entendida na perspectiva do agir soteriológico de Deus.

Destaca-se, antes de tudo, a sequência dos agentes da reconciliação. Deus, enquanto origem (2Cor 5,18a), é o agente condutor da reconciliação na história (2Cor 5,19a). Cristo é o mediador, por meio do qual Deus exerce a ação reconciliadora (2Cor 5,18b.19b). Paulo é aquele a quem foi confiado o ministério da reconciliação. Essa cadeia de agentes demonstra que o apóstolo entende o seu ministério como algo constitutivo no designio salvífico de Deus (Schütz, 2007). A sequência indica também uma subordinação, afinal, o mediador por excelência é Cristo. Por isso, Paulo se intitula embaixador de Cristo. O indicativo presente do verbo *presbeuō* (ser embaixador) confirma a atualidade do ministério.

A importância do apostolado é identificada, sobretudo, na proclamação do Evangelho (2Cor 5,19d) que leva aos ouvintes o conhecimento e a compreensão do projeto de Deus e do reconhecimento de Cristo como salvador. Em 2Cor 5,21, com a expressão "justiça de Deus", fica claro que o foco do apóstolo é a preocupação com a salvação dos coríntios ocorrida no evento Cristo. A anteposição de qualquer coisa a essa verdade central da proclamação do Evangelho e constituição da comunidade formada por judeus e gentios expressa uma distorção e um desvio do projeto de Deus (2Cor 11,4).

Paulo, em Rm 5,10-11, afirma claramente que a morte do Filho é o evento por meio do qual Deus reconcilia e salva. Com o uso do verbo *lambánō* (receber), sublinha-se a iniciativa de Deus que concede a reconciliação como graça recebida por meio do Senhor Jesus Cristo.

A metáfora da carta, com valor eclesial, usada por Paulo para demonstrar a validade do seu agir (2Cor 3,2), é ulteriormente aprofundada com a finalidade de esclarecer a associação do seu ministério com o agir de Cristo. Por isso, afirma que os coríntios são uma carta de Cristo, a qual

foi ministrada por ele na condição de apóstolo (2Cor 3,3). Se Cristo é o autor, Paulo é o escriba (Kruse, 1993).

O grande protagonista de 2Cor 3,4-6 é Deus, origem do ministério vivido por Paulo. A contraposição entre Espírito e letra (2Cor 3,6) é desenvolvida em função da superioridade do ministério da Nova Aliança, que testemunha a peculiaridade da nova economia. O Espírito que, em 2Cor 3,3, foi apresentado como substância de inscrição da "carta de Cristo", é indicado como fundamento do ministério (2Cor 3,6b) e promotor do resultado da ação missionária, ou seja, a vida, entendida como salvação. O apóstolo identifica, na origem e na finalidade do seu ministério, a ação conjunta de Cristo e do Espírito como fonte do novo e realização do projeto salvador de Deus (2Cor 3,4-6).

A passagem do velho para o novo, isto é, a inserção na vitalidade do Espírito, se dá em Cristo. Nele é estabelecida a nova economia, o véu é abolido (2Cor 3,14c) e a inteligência da vontade de Deus é revelada. De fato, a transitoriedade do velho (2Cor 3,7) indica, sobretudo, que o anterior deve ser tomado em função do novo. A vivência desse princípio se revela um obstáculo para alguns que persistiam obstinadamente na contemplação do velho como esperança de salvação (2Cor 3,13-14a).

Na Segunda Coríntios, Paulo não aprofunda as insuficiências da lei, o que é feito em Gálatas e Romanos. Ele acentua a compreensão da nova economia, estabelecida com Cristo e perpetuada no Espírito. Assim, o ministério da justiça (2Cor 3,9b) é a revelação definitiva da justiça de Deus que se efetiva em Cristo (Penna, 1991) e toca o homem no mais profundo da vida imersa na graça da redenção pelo Espírito (2Cor 3,6c.8). Cristo e o Espírito têm, portanto, uma inter-relação na missão desempenhada e no resultado soteriológico na história (1Cor 5,24-25; 6,11; 12,13; Rm 8,11), expressão da vontade divina.

4 MINISTÉRIO PNEUMATOLÓGICO

A Nova Aliança e o Espírito estão intrinsecamente relacionados. A primeira descreve a realidade definitiva que oferece um novo *status* ao

crente. O segundo, enquanto selo e garantia (2Cor 1,21-22), proporciona a efetivação, a assimilação e a vivência dessa condição. Por isso, Paulo o define como aquele que dá (faz) vida (2Cor 3,6d).

O apóstolo insere o Espírito na sua argumentação em contraposição às características da Antiga Aliança: as tábuas da lei, a tinta necessária para sua inscrição (2Cor 3,3c) e o efeito da mesma, a morte (2Cor 3,6b.7-8). A lei é inscrita sobre uma realidade fria, representada na pedra (Vanhoye, 1987), à qual se contrapõe o coração que bate (2Cor 3,3c). A vitalidade do Espírito é enfaticamente afirmada com o genitivo *Theoû zóntos* (do Deus vivo). Com *zóntos* (particípio presente do verbo *záo*), invoca-se a natureza de Deus, o vivente³.

2Cor 3,7a – Se o ministério da morte [...]

2Cor 3,8 – Quanto mais glorioso não será o ministério do Espírito

No quadro acima, nota-se que Paulo constrói um paralelismo antitético e, ao mesmo tempo, peculiar. Onde se esperava vida, como antônimo lógico de morte, encontra-se Espírito. Esse jogo de palavras faz eco ao versículo anterior (2Cor 3,6d). O paralelismo sucessivo (2Cor 3,9) acrescenta luz ao sentido que o apóstolo atribui à vida que é dada pelo Espírito.

2Cor 3,9a – Se o ministério da condenação foi glorioso,

2Cor 3,9b – muito mais glorioso há de ser o ministério da justiça.

A oposição se dá entre condenação e justiça. Ambos os conceitos fazem referência à salvação operada por Cristo. Morte, portanto, significa condenação, enquanto a vida é associada à justiça. O termo justiça ocupa um lugar proeminente na teologia paulina, na medida em que compõe o campo semântico da salvação. A vida dada pelo Espírito é resultado da justiça (Gl 5,5; Rm 8,4.10; 14,17), participação na salvação que está

na base da Nova Aliança. E, ao contrário do que a lei produz, esse resultado é permanente e não transitório (2Cor 3,11; Gl 3,23-29; Rm 7,6).

O âmbito típico da ação pneumatológica é a interioridade do ser humano. Na teologia paulina, essa ideia certamente provém de Ezequiel, que associa o dom de um coração novo com o dom de um espírito novo (Ez 11,19; 36,26). Para o profeta, a novidade gerada por Deus denota uma atitude introjetada de disponibilidade para a vivência da lei (Ez 36,27). Essa regeneração espiritual torna-se a condição para que Israel recupere o dom da terra e restabeleça a vivência positiva da relação entre o povo e Deus segundo as categorias da Aliança: "sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus" (Ex 6,7; Ez 36,28; Jr 11,4; 24,7; Lv 25,12).

Paulo adapta essa teologia profética às noções inerentes à nova economia fundada em Cristo. Nesse sentido, o Espírito é compreendido como o agente vivificador de Deus que produz uma transformação com raízes profundas, formadora de um único corpo, seja na perspectiva socio-comunitária (1Cor 12,13), seja na profissão de fé (1Cor 12,3; Fl 2,11; Rm 10,9).

O Espírito inabita o homem e o constitui santuário de Deus (1Cor 6,19). Essa inabitação expressa a pertença ao Espírito, que comunica a vida por meio da qual testemunha-se a justificação recebida (2Cor 3,9; Rm 8,9-10) e a participação na ressurreição de Cristo (Rm 8,11.17).

5 MINISTÉRIO ESCATOLÓGICO

Na *propositio generalis* da carta (2Cor 1,12-14), o apóstolo introduz o tema do orgulho ou da autoglorificação com dois sentidos. O primeiro, em 2Cor 1,12, aponta a necessidade de defender a validade do seu ministério (2Cor 5,12; 7,14; 10,8.13.15-17; 11,10.17; 11,12.16-18.30; 12,1.5-6.9). O segundo refere-se a um mútuo reconhecimento que abraça o presente (somos) e o futuro (dia do Senhor) (2Cor 1,14). O exercício presente do ministério tem como finalidade preparar os coríntios para a parusia, dia no qual se confirmará,

³ A expressão *Theoû zntos* encontra-se com frequência na LXX, como Dt 5,26; Js 3,10; 1Re [1Sm] 17,26.36; 4Re [2Re] 19,4.16; Sl 83[84].3; Os 2,1; Is 37,4.17. Nas cartas paulinas, aparece em Rm 9,26 (citação de Oséias); 1Ts 1,9; 2Cor 6,16. Mas 2Cor 3,3 é a única passagem na qual Paulo a usa em relação a *pneûma*. Cf. Furnish, 1984.

de forma definitiva, a comunhão da Igreja com o Senhor (1Cor 1,8). Nota-se então que Paulo, desde o início da carta, expressa a consciência de um ministério escatológico.

A economia cristológica acarreta uma novidade que se expande sempre mais e cuja força abraça inclusive o tempo, atribuindo-lhe um caráter definitivo. Trata-se do tempo escatológico (1Cor 7,29; Rm 13,11) no qual se realiza plenamente o projeto salvador de Deus.

Os traços da escatologia presentes em 2Cor 3,1-18 são identificáveis também em outros versículos. Em 2Cor 3,6, por exemplo, encontra-se o verbo *zōopoiēō* (dar vida, fazer viver) que, na maioria das vezes em que é empregado, tem um referimento à ressurreição dos mortos no último dia, e, como tal, é expressão de vida no sentido escatológico (1Cor 15,50-58). Isso induz a asseverar que o Espírito que "dá vida" é garantia da certeza de uma vida futura (Gl 6,8; Rm 8,10; Schütz, 2007, p. 252-253).

Muito pertinente parece a reflexão que R. Penna (1991, p. 294) propõe sobre a função dinâmica do *pnêuma*, presente em 2Cor 5,5, versículo num contexto de temática escatológica:

Il Pnema non è solo una realtà mistica, valida soltanto per il presente. Esso è per natura dinamico, e dice tensione verso un compimento futuro, come suggerisce il concetto "caparra" che orienta tutta la vita cristiana verso un "saldo" che deve ancora venire, ma che è della stessa natura di ciò che già si possiede fin d'ora [...] ciò che già è stato iniziato in Cristo e nello Spirito, tutt'altro che morire, è destinato a crescere, ad affermarsi, a fiorire ed a maturare in pienezza.

A alusão de Jr 31(LXX 38),34 e Ez 11,19; 36,26 na Segunda Coríntios indica a compreensão de que, no Novo Testamento, a Aliança alcançou a sua plenitude escatológica. (Lohfink, 1989 *apud* Sánchez-Bosch, 2007). Outros textos do Antigo Testamento também fundamentam essa leitura ao referir-se à renovação da Aliança tendo em vista a esperança escatológica (Ez 16,60s.; 34,25; 37,26; Is 42,6; 49,8; 54,10; 55,3; 59,21; 61,8; Jr 32,38-40; 50,4-5; Ml 3,1). A essa concepção, soma-se também a crença que alude declaradamente à efusão do Espírito de Deus no fim dos tempos (Is 32,15; 44,3; Jl 3,1s [= LXX 2,28s]; Zc 12,10).

A liberdade é uma condição que permite ao ser humano ter acesso a um conhecimento de Deus, até então velado, por meio da ação do Espírito do Senhor (3,17). Essa ideia é respaldada na tradição veterotestamentária, que acredita que, no período escatológico, se dará o conhecimento mais completo de Deus e do seu projeto (Is 11,9; 40,5; Hb 2,14). Nesse sentido, a liberdade pode ser definida como um bem escatológico que dá existência plena à nova humanidade; uma existência assumida sem constrição e dependente da ação do Espírito, que atua na transformação da pessoa (2Cor 3,18).

A qualidade escatológica no ministério da Nova Aliança evidencia a superação da glória do antigo (2Cor 3,9-11). A perspectiva temporal aplicada à relação antigo-novo é fundamental para a compreensão da força escatológica que determina o ministério de Paulo. Enquanto os seus opositores apelavam ao passado como uma norma imposta ao presente, o apóstolo, por sua vez, testemunha uma tensão definida como "já e ainda não" (Col 3,1-4; 2Cor 5,1-10; Ef 2,1-10; 1Ts 3,12-13; 5,23-24; Rm 5,9; 8,18-30). Trata-se do presente qualificado pelo futuro, cuja plenitude ainda não foi alcançada (1Cor 13,8-13; 2Cor 3,11).

6 IMPLICAÇÕES ECLESIOLOGICAS

A temática da Aliança no Antigo Testamento vai além da sua função normativa ou, como muitos entendem, legalista. Ela é, sobretudo, expressão da relação estabelecida entre Deus e o povo (Campbell, 1993), traduzida em um código comportamental e identitário. O apóstolo, como ministro da Nova Aliança, é instrumento e promotor da vivência convicta dessa relação, não mais segundo o velho *modus vivendi*. Por isso, acredita-se que ministério e comunidade eclesial são realidades intrinsecamente interligadas, como ocorreu também com o ofício mosaico e a formação de Israel.

6.1 A condição nova do cristão e suas características

Apesar das dificuldades que originaram a 2Cor, a relação entre Paulo e os coríntios vai muito além

de uma questão afetiva. Uma vez que aderiram ao Evangelho proclamado pelo apóstolo, os coríntios se tornaram coparticipantes na economia da Nova Aliança e, assim, representam a continuação do ministério de Cristo na história (Murphy-O'Connor, 1993).

Configurar-se a Cristo e participar do seu ministério exige a coragem de abraçar o novo. Os profetas Jeremias e Ezequiel já insistiam na necessidade da interiorização da Nova Aliança. Contudo, essa interiorização se opõe ao enrijecimento de quem não consegue acolher o Evangelho no seu íntimo (2Cor 3,14a). A novidade que se apresenta no e para o ser humano é a graça que o torna digno de viver a relação com Deus.

O ministério do qual Paulo é investido testemunha a justificação (2Cor 3,9b), sendo que a participação nessa dinâmica exige, da parte de quem é chamado, disponibilidade para o Evangelho, isto é, "voltar-se para o Senhor" (2Cor 3,16). O processo de interiorização da graça inclui, portanto, uma experiência de conversão que leva o crente a identificar-se com o projeto de Deus realizado em Cristo (1Cor 12,6; Ef 1,11; 3,11; Rm 8,28) sob a moção do Espírito.

6.2 Confiança, parrésia e liberdade

Na microunidade retórica de 2Cor 3,1-18, encontram-se alguns conceitos que expressam três características da participação na nova economia: confiança (*pepoithēsis*), parrésia (*parrēsia*) e liberdade (*eleutheria*). Os dois primeiros são inseridos no texto como atitude do apóstolo (2Cor 3,4.12), enquanto o terceiro é mais global (2Cor 3,17b).

A primeira característica manifesta uma convicção de base: Deus age por meio do Cristo, no Espírito. Esse mesmo Deus investiu Paulo como instrumento de sua graça (2Cor 3,4-5). Um dos frutos dessa investidura é a existência da comunidade que foi fundada a partir da pregação de Paulo como ministro de Deus. Isso não se deu pela constrição (normativa e identitária) que a lei

impõe, mas sim pela graça (1Cor 15,58; Col 1,23); a mesma graça que investiu o apóstolo e predisps os coríntios a abraçarem o designio salvador de Deus, conhecido por meio da pregação apostólica centrada em Cristo (1Cor 1,23; 2,2; 3,10-11; Gl 6,14), cuja ação esvazia a pretensão de identificar, na lei, alguma potência soteriológica (Fl 2,5-11; 3,3).

O segundo conceito, parrésia, refere-se ao comportamento do apóstolo. Nos Atos dos Apóstolos, é empregado para descrever a pregação intrépida e corajosa de Paulo (At 9,27.28; 13,46; 14,3; 19,8; 26,26). A parrésia é sustentada na esperança da glória abundante e superior da nova economia (2Cor 3,12; Hb 3,6). Ela representa também uma atitude corajosa e pública, contraposta a quem, de frente, olha para a glória coberta pelo véu, o qual é símbolo de uma hermenêutica obstinada e fechada (2Cor 3,13-14a-c.15). Trata-se do não reconhecimento de Cristo como aquele que desvela (realiza) definitivamente o projeto de Deus (2Cor 3,14d). Ao contrário do que Moisés representa, o apóstolo, como um mistagogo, inicia os coríntios por meio da pregação na plenitude da verdade (2Cor 7,4; Flm 8).

Uma das melhores expressões capazes de traduzir o espírito com o qual se vive na nova economia é a liberdade (Chevallier, 1966; Penna, 1976). No *Corpus Paulinum*, muitas vezes, a liberdade representa a superação da velha economia na sua valência impositiva e restritiva (Gl 2,4; 5,1). Em 2Cor 3,17, a liberdade é entendida em oposição à Lei Mosaica. Mas convém, todavia, fazer uma ressalva que indique uma interpretação mais precisa da intenção de Paulo. A liberdade não significa a remoção da lei⁴. 2Cor 3,16 fala da remoção do véu. Isso quer dizer que, mais do que cancelamento, trata-se da liberdade a ser vivida diante da lei, antes assumida como princípio normativo absoluto e, agora, submetida a Cristo (Bruce, 1980). É nesse sentido que a liberdade se torna expressão e vivência de algo fundamental na vida do cristão (Penna, 1991).

⁴ A Lei Mosaica não é o único elemento de antipoda por excelência da liberdade. Cf. Rm 7,24.8.2; 10,4. Como afirma R. Penna (1991, p. 516), "questa piuttosto trova la propria esatta antitesi nient'altro che nel peccato, il quale solo rappresenta la sua negazione. Legge e peccato, pur contrapposti, costituiscono insieme i due poli di un sistema chiuso in se stesso, dipendendo l'uno dall'altro inscindibilmente. Il suo vero superamento viene dato soltanto da Cristo, che rappresenta la vera alternativa sia alla *nomos* (cioè alla legge) che all'*anomia* (cioè al peccato)".

A disposição desses três conceitos segue uma ordem crescente (2Cor 3,4.12.17), na qual se completam e mostram quais moções e certezas atuam em Paulo. Da expressão de um posicionamento determinado pela convicção e certeza do agir salvador de Deus na história (*pepoithēsis*), passa-se a uma atitude corajosa e aberta, uma proclamação segura de quem não se deixa intimidar (*parrēsía*), culminando na liberdade (*eleuthería*) conquistada por Cristo e doada ao ser humano, convocado pelo Evangelho sob a moção do Espírito e por meio do ministério apostólico.

A liberdade conquistada pela redenção operada por Cristo e atuante no crente por meio da presença do Espírito não se limita a contrapor a rigidez da lei, mas constitui um importante elemento que ajuda a entender a condição com a qual o ser humano é revestido na nova economia. E, retornando ao paralelo com 2Cor 3,12, ela aponta também o espírito com o qual Paulo prega e defende o Evangelho (Wright, 1991). Na perspectiva paulina, portanto, a liberdade é, de um lado, fruto da graça; do outro, exercício recíproco do amor (Gl 5,1.13-15) (Nef Ulloa; Mariano, 2019).

CONCLUSÃO

A releitura teológica do evento sináutico se prospecta em dois horizontes profundamente interligados entre si: cristológico e pneumatológico. O primeiro, como plenitude, reconhece no evento Cristo a remoção e, assim, a superação do véu que impedia ler o Antigo Testamento (2Cor 3,14) e que confirmava os israelitas na obscuridade de uma experiência passageira (2Cor 3,7.13). O segundo expressa a atuação dessa novidade, não mais passageira, no ministério paulino e na comunidade cristã (2Cor 3,6.7-8). O Espírito mesmo é a força que comunica – “inscreve” – vida, profundidade (2Cor 3,3.6) e garante a liberdade (2Cor 3,17), num processo escatológico de transformação do crente na imagem da glória de Deus (2Cor 3,18).

Essa releitura é parte de uma argumentação mais ampla que envolve a inteira carta, a partir da qual o apóstolo busca justificar o seu ministério. A missão fundadora, a organização e algumas

posturas de Paulo foram alvos de ataques por parte de alguns missionários itinerantes de tendência judaizante. O intuito dos acusadores era de afastar os coríntios da pregação paulina e atraí-los para a hermenêutica difundida por eles.

Apesar de ter sofrido acusações, Paulo não se deixa envolver na mesma retórica. Por isso, responde às insinuações dialogando com os diretamente interessados, os coríntios. E o faz desenvolvendo uma rica teologia sobre o ministério que acaba por entrelaçar-se com a consciência da condição da comunidade iluminada pelo Evangelho de Cristo.

Paulo é convicto do perigo dessa hermenêutica estranha à experiência da comunidade, que desviava os coríntios do Evangelho verdadeiro. Desmerecer o seu ministério, a expressão e o testemunho da Nova Aliança para promover um *modus vivendi* de acordo com práticas já superadas significaria relativizar a potência soteriológica de Cristo e impor limites ao projeto salvífico de Deus.

A teologia do ministério propriamente dita é desenvolvida na primeira macrounidade retórica (2Cor 2,14-7,16), da qual a microseção de 2Cor 3,1-18 é a primeira unidade argumentativa. Embora tenha o aspecto da particularidade – como toda microseção –, ela introduz a base da reflexão, associando o ministério paulino a elementos de cristologia e de pneumatologia na perspectiva da Nova Aliança, cuja potência e significado teológico é permanente.

O ministério não tem sentido senão em função de uma comunidade (1Cor 12). A origem do serviço prestado pelo apóstolo encontra-se em Deus, que o capacitou para a missão e fez dele colaborador na realização do seu plano salvador (2Cor 6,1-5). O exercício do ministério forma comunidade, atraindo homens e mulheres na mesma fé prestada ao Evangelho proclamado.

A comparação entre Moisés e Paulo, portanto, tem um significado muito mais abrangente e nada personalístico, pois implica na compreensão da história da salvação. O mistério da vontade de Deus se realiza em Cristo, que, ao entrar na história, inaugurou o tempo messiânico tão esperado,

e na cruz e ressurreição realizou o projeto divino. A partir de Cristo, o apóstolo reinterpreta a lei e a sua mediação soteriológica defendida pelos judaizantes. Assim, o empenho e a identidade apostólica são fortemente cristológicos, pneumatológicos e eclesiológicos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *The art of Rhetoric*. Trad. John Henry Freese. Cambridge; London: Harvard University Press, 2006.

BRUCE, F. F. *Paul: Apostle of the Free Spirit*. 2. ed. Milton Keynes: Paternoster Press, 1980.

CAMPBELL, W. S. *Covenant and the New Covenant*. In: HAWTHORNE, G. F. et al. *Dictionary of Paul and his Letters*. Downers Grove: Intervarsity, 1993. p. 179-183.

CHEVALLIER, M. A. *Esprit de Dieu, paroles d'hommes: Le rôle de l'esprit dans les ministères de la parole selon l'apôtre Paul*. Neuchâtel: Delachaux and Niestlé, 1966.

DAS, A. A. *Paul, the Law and the Covenant*. Peabody: Baker Academic, 2001.

DAVIES, W. D. *Paul and the People of Israel*. *New Testament Studies*, Cambridge, n. 24, p. 4-39, 1978.

FURNISH, V. P. *II Corinthians*. New York; London; Toronto; Sydney; Auckland: Anchor Bible Doubleday, 1984.

HAFEMANN, S. J. *Suffering and Ministry in the Spirit: Paul's Defense of his Ministry in II Corinthians 2,14-3,3*. Grand Rapids: Eerdmans, 1990.

HAYS, R. B. *Echoes of Scripture in the Letters of Paul*. New Haven: Yale University Press, 1989.

KRUSE, C. G. *Ministry*. In: HAWTHORNE, G. F. et al. *Dictionary of Paul and his Letters*. Downers Grove: Intervarsity Press, 1993. p. 602-608.

LÉGASSE, S. *La Loi de Moïse selon Paul*. In: CIOLA, N.; PULCINELLI, G. *Nuovo Testamento: teologie in dialogo culturale*. Bologna: EDB, 2008. p. 363-368.

MURPHY-O'CONNOR, J. *La teologia della seconda lettera ai Corinti*. Brescia: Paideia, 1993.

NEF ULLOA, B A.; MARIANO, R. W. *O amor ao próximo como caminho para a verdadeira liberdade segundo Gl 5,13-26*. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 557-572, set./dez. 2019.

NOBILE, M. *La torà al tempo di Paolo. Alcune riflessioni*. In: PADOVESE, L. (ed.). *Paolo di Tarso: Archeologia, Storia, Ricezione*. Cantalupa: Effatà, 2009. p. 373-388. v. 1.

ORR, W. F.; WALTHER, J. A. *I Corinthians*. New York: Anchor Bible, 1976.

PENNA, R. *L'apostolo Paolo: Studi di esegesi e teologia*. Cinisello Balsamo: Paoline, 1991.

PENNA, R. *Lo Spirito di Cristo: Cristologia e pneumatologia secondo un'originale formulazione paolina*. Brescia: Paideia, 1976.

SÁNCHEZ-BOSCH, J. *Maestro de los pueblos: Una teología de Pablo, el apóstol*. Navarra: Verbo Divino, 2007.

SANDERS, E. P. *Paul, the Law, and the Jewish People*. Philadelphia: Fortress, 1985.

SCHÜTZ, J. H. *Paul and the Anatomy of Apostolic Authority: New Introduction by Wayne A. Meeks*. 2. ed. Louisville: Westminster John Knox, 2007.

STOCKHAUSEN, C. K. *Moses's Veil and the Glory of the New Covenant: The Exegetical Substructure of II Cor 3,1-4,6*. Roma: PIB, 1989.

VANHOYE, A. *L'interprétation d'Ex 34 en 2Cor 3,7-14*. In: LORENZI, L. *Paolo: Ministro del Nuovo Testamento*. Roma: Benedictina, 1987. p. 159-180.

WRIGHT, N. T. *The Climax of the Covenant: Christ and the Law in Pauline Theology*. Minneapolis: Fortress, 1991.

Boris A. Nef Ulloa

Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), Itália. Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

Jean Richard Lopes

Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), Itália. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia Prática da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte.

Endereço para correspondência

BORIS A. NEF ULLOA

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Av. Nazaré, 993
Ipiranga, 04263-100
São Paulo, SP, Brasil

JEAN RICHARD LOPES

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Mestrado Profissional em Teologia Prática
Av. Dom José Gaspar, 500
Coração Eucarístico, 30535-901
Belo Horizonte, MG, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.